

MINUTA DE RESOLUÇÃO

Aprova a Agenda Regulatória da ANA para o período de 2027-2028.

A DIRETORA-PRESIDENTE INTERINA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 140, inciso III, do Anexo I da Resolução ANA nº 242, de 24 de fevereiro de 2025, publicada no DOU de 27 de fevereiro de 2025, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua **xxx^a** Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em **xxxx**, considerando o disposto nos arts. 3º, 4º, incisos I e II, e 12, incisos I e II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, no art. 21 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, no Decreto nº 11.243, de 21 de outubro de 2022, e na Resolução ANA nº 186, de 19 de fevereiro de 2024, que instituiu o Programa de Qualidade Regulatória da ANA, e com base nos elementos constantes do processo nº 02501.002222/2026-99, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os temas dos anexos I e II para compor a Agenda Regulatória da ANA para o período de 2027 e 2028.

§ 1º O Anexo I desta Resolução apresenta os temas cuja conclusão está prevista até dezembro de 2028, dentro do período de vigência da Agenda Regulatória.

§ 2º O Anexo II desta Resolução relaciona os temas que serão iniciados durante a vigência da Agenda Regulatória, mas cuja conclusão está programada para ocorrer após 2028.

Art. 2º Fica revogada a [Resolução ANA nº 277, de 19 de dezembro de 2025](#), publicada no DOU 244 em 23 de dezembro de 2025, seção 1, página 234.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

(assinado eletronicamente)
LARISSA RÊGO

ANEXO I

AGENDA REGULATÓRIA 2027-2028				
EIXO	MACROTEMA	CÓDIGO	TEMA	PREVISÃO
1 - Regulação de Usos de Recursos Hídricos	Outorga	1-004	Revisar e atualizar o Marco Regulatório do Sistema Hídrico Armando Ribeiro Gonçalves – Mendubim, com a inclusão do reservatório de Oiticica.	2º/2027
	Alocação integrada rio/aquífero	1-005	Estabelecer diretrizes para o marco regulatório integrado da bacia do rio Carinhanha (MG/BA).	2º/2028

2 - Condições de Operação de Reservatórios	Definição das condições de operação de sistemas hídricos prioritários	2-001	Revisão das condições de operação do Sistema Hídrico do Rio Tocantins.	2º/2028
5 - Implementação da PNRH	Cobrança pelo uso de recursos hídricos	5-002	Reduzir a inadimplência junto a ANA em relação cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.	2º/2028
7 - Regulação de Serviços	Regulação do serviço de adução de água bruta	7-001	Regulamentar o modelo de regulação tarifária do PISF - metodologia, estrutura, receita requerida, revisão e reajuste tarifários.	1º/2027
		7-002	Regulamentar o acesso às águas do PISF para o usuário independente.	2º/2027
	Regulação de serviços públicos de irrigação	7-003	Estabelecer critérios gerais para a regulação de serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão.	1º/2027
8 - Segurança de Barragens	Segurança de barragens	8-001	Revisar a Resolução ANA nº 236, de 30 de janeiro de /2017, que estabelece regras para segurança, inspeção e monitoramento de barragens.	1º/2027
		8-002	Regulamentar a matriz de classificação de barragens com volume muito pequeno.	1º/2027
9 - Saneamento Básico	Governança Regulatória	9-021	Determinar requisitos de elegibilidade de ERIs e estágios de desenvolvimento para o programa Pró-Saneamento - Etapa 2.	2º/2028
	Qualidade da prestação de serviços	9-006	Estabelecer norma de referência sobre padrões e indicadores operacionais para os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.	2º/2027
	Sustentabilidade da prestação de serviços	9-011	Estabelecer norma de referência sobre diretrizes regulatórias para a subdelegação da prestação dos serviços de água e esgotamento sanitário.	1º/2028
		9-022	Estabelecer norma de referência sobre diretrizes regulatórias para a subdelegação da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos.	2º/2028
	Regulação tarifária	9-016	Estabelecer norma de referência sobre modelo de regulação tarifária - estrutura, reajuste, revisão e cobrança - para os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.	1º/2028
		9-017	Estabelecer norma de referência sobre modelo de regulação tarifária para a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos.	2º/2027
	Regulação contábil	9-018	Estabelecer norma de referência sobre os critérios para a contabilidade regulatória para os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos.	2º/2028
	Padronização de instrumentos	9-019	Estabelecer norma de referência sobre matriz de riscos para contratos de concessão para prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos.	1º/2028

	negociais	9-020	Estabelecer norma de referência sobre padronização de instrumentos negociais para prestação de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos.	1º/2028
	Universalização do acesso ao saneamento básico	9-023	Estabelecer norma de referência sobre diretrizes para a prestação e regulação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em áreas rurais.	1º/2028

ANEXO II

TEMAS COM PREVISÃO DE CONCLUSÃO APÓS 2028				
EIXO	MACROTEMA	CÓDIGO	TEMA	PREVISÃO
1 - Regulação de Usos de Recursos Hídricos	Outorga	1-003	Regulamentar a outorga de barragens de usos múltiplos - exceto AHEs.	1º/2029
		1-006	Estabelecer critérios para a compatibilização do uso da água no setor hidrelétrico com os demais setores usuários de recursos hídricos localizados a montante dos aproveitamentos hidrelétricos.	1º/2030
3 - Monitoramento Hidrológico	Implantação do monitoramento hidrológico pelos usuários detentores de outorga emitida pela ANA	3-001	Estabelecer condições, deveres e procedimentos para a instalação e operação de estações hidrológicas visando ao monitoramento da quantidade e qualidade de água dos corpos hídricos por usuários de recursos hídricos detentores de outorgas emitidas pela ANA. regularizados em corpos hídricos de domínio da União.	2º/2030
7 - Regulação de Serviços	Sustentabilidade de obras de infraestrutura hídrica	7-004	Revisar da Resolução ANA nº 194, de 16 de setembro de /2002 que estabelece os procedimentos e critérios para emissão do CERTOH.	1º/2029
		7-005	Regulamentar a atuação na ANA no processo de coordenação e supervisão da descentralização da operação e manutenção de infraestrutura hídrica da União.	1º/2029
	Regulação dos serviços públicos de adução de água bruta	7-006	Estabelecer condições gerais de prestação de serviços públicos de adução de água bruta envolvendo águas da União.	1º/2029
		7-007	Revisar a Resolução nº 85/2018 sobre indicadores de desempenho e operação do PISF.	2º/2029
8 - Segurança de Barragens	Segurança de barragens	8-003	Regulamentar o processo de credenciamento de profissionais habilitados a atuar em segurança de barragens, aspectos do SNISB e decorrentes da eventual revisão da Resolução CNRH nº 144/2012.	2º/2029
	Regulação tarifária	9-015	Estabelecer norma de referência sobre estrutura, reajuste e revisão tarifária para a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos.	1º/2029

9 - Saneamento Básico

Regulação contábil	9-024	Estabelecer norma de referência sobre metodologia de indenização de investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados dos contratos de prestação de serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos.	2º/2029
	9-025	Estabelecer norma de referência sobre metodologia de indenização de investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados dos contratos de prestação de serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.	1º/2030
	9-026	Estabelecer norma de referência sobre os critérios para a contabilidade regulatória para os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.	1º/2030
Qualidade da prestação dos serviços	9-027	Estabelecer norma de referência sobre diretrizes para metas progressivas de substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto para esgotamento sanitário e drenagem urbana.	1º/2029
	9-014	Estabelecer norma de referência sobre avaliação de desempenho da prestação dos serviços de saneamento básico.	2º/2029
	9-029	Estabelecer norma de referência sobre procedimentos de fiscalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	2º/2029
	9-030	Estabelecer norma de referência sobre procedimentos de fiscalização da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos.	2º/2029
	9-031	Estabelecer norma de referência sobre procedimentos de fiscalização da prestação dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas	2º/2029
	9-032	Estabelecer norma de referência sobre medidas de mitigação de impactos das mudanças climáticas, adaptação e resiliência da prestação e dos sistemas de saneamento básico.	1º/2030
	9-013	Estabelecer norma de referência sobre verificação independente para auxiliar as entidades reguladoras infranacionais na verificação do cumprimento das metas de universalização, mapeamento de ativos e outros cumprimentos de itens contratuais.	2º/2030
Padronização de instrumentos negociais	9-034	Estabelecer norma de referência sobre matriz de riscos para contratos de concessão para prestação dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.	1º/2030
	9-035	Estabelecer norma de referência sobre padronização de instrumentos negociais para prestação de serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.	1º/2030

	Universalização do acesso ao saneamento básico	9-036	Estabelecer norma de referência sobre procedimentos para aproveitamento de água de chuva.	2º/2029
		9-037	Estabelecer norma de referência sobre metas progressivas de universalização do serviço de manejo de resíduos sólidos urbanos.	2º/2030
		9-038	Estabelecer norma de referência sobre metas progressivas de universalização do serviço de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.	2º/2030
	Sustentabilidade da prestação de serviços	9-039	Estabelecer norma de referência sobre diretrizes regulatórias para a subdelegação da prestação dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.	1º/2030



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Schneider, Assessora Especial de Qualidade Regulatória substituta**, em 13/07/2026, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ana.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0216179** e o código CRC **A4339BE2**.